Revista Café com Sociologia

Volume 5, número 3, Ago./Dez. 2016

OS CONHECIMENTOS DE CIÊNCIA POLÍTICA NO ENSINO MÉDIO:
considerações acerca dos documentos oficiais

André Rocha SANTOS[1]

(...) "os intelectuais brasileiros devem fazer da instauração da democracia o seu grande objetivo histórico. Para realizar esse objetivo, não devemos temer incompreensões, represálias ou o perigo de sermos silenciados.
Adotar outra orientação seria o mesmo que aceitar o silêncio e acumpliciar-se com a neutralização da inteligência (Florestan Fernandes).

Resumo

O presente artigo localiza e tece alguns comentários críticos a respeito dos conhecimentos de Ciência Política na disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Para tanto, são analisados os três mais importantes marcos legais de referência da disciplina pós-LDB (1996): os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Orientações Educacionais Complementares aos PCN (PCN+) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM). Por fim, pretende-se destacar a contribuição de cada um dos documentos e os avanços e equívocos em relação à abordagem referente aos conhecimentos de política nos documentos oficiais.

Palavras-chave: Sociologia. Ciência Política. Ensino Médio. Documentos Oficiais.

THE KNOWLEDGE OF POLITICAL SCIENCE NO TEACHING SECONDARY:
Considerations about the official documents

Abstract

This article has the purpose to raise critical remarks regarding Political Science through the eyes of Sociology taught in Senior High School. In order to do so, the three most important reference legal frameworks of such subject post-LDB (1996) are analyzed: the National Curricular Parameters (NCPs), the Complementary Educational Guidelines for NCPs (PCN+) and the Curricular Guidelines for High School. Finally, it is intended to highlight the contribution of each document along with the advances and misunderstandings regarding the approach referring to the knowledge of Politics in the official documents.

Keywords: Sociology. Political Science. High School. Official Documents.

[1] Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP e Professor de Teoria Política na Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES. E-mail: andrerochasantos@gmail.com

INTRODUÇÃO

O brasileiro não se interessa por política? Há, entre nós, em número expressivo, o "analfabeto político" de que fala Bertold Brecht? E o jovem nesse contexto? É, realmente, um "alienado"? Esse é um tema controverso. Determinados autores conservadores, além de inúmeros meios de comunicação, intencionalmente batem na tecla do desinteresse do jovem pela política como uma verdade absoluta. Como diz o refrão da música da banda Charlie Brown Jr.: "Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério / o jovem no Brasil nunca é levado a sério". Será que é isso mesmo? Ou há, de forma proposital, um estímulo à confusão de conceitos e valores incentivada por parte da grande mídia e de certas instituições sociais burguesas?

Nos últimos anos o aumento da curiosidade dos jovens pela política foi visível. Estimulados pela internet, pelas redes sociais, pelas manifestações de junho de 2013, pelo acirramento político das eleições presidenciais de 2014 e pela ocupação de mais de 190 escolas pelos estudantes contra o plano de "reorganização" da rede estadual paulista em 2015[2], jovens desempenharam papel decisivo em todas essas discussões. Da mesma forma, ainda em 2015 e em 2016, não faltaram motivos para os cidadãos brasileiros se manifestarem e darem a sua opinião política, a saber: nas manifestações contra ou a favor do impedimento da presidente Dilma Rousseff entendida como inábil politicamente, nos protestos contra o presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha acusado de corrupção e lavagem de dinheiro, em oposição ao governo Michel Temer tido como golpista, nas novas ocupações de escolas e universidades em todo o Brasil em oposição à Proposta de Emenda à Constituição 241 (depois 55 no Senado), à Medida Provisória (MP) do Ensino Médio e ao Projeto de Lei (PL) Escola sem Partido[3].

Em todos esses episódios estava-se debatendo questões eminentemente políticas tais como a continuidade ou ruptura da nossa *democracia*, o *respeito à soberania popular* e ao voto, a *legitimidade* ou não do presidente da Câmara em conduzir o processo de *impeachment* em comum acordo com o vice-presidente que seria o principal beneficiário (ou seja, se foi golpe ou não) [4], a

[2] Este plano visava o fechamento de mais de 90 unidades escolares e redistribuição de mais de 300 mil alunos por conta da implantação de ciclos únicos em determinadas unidades. A crítica ao plano se deu principalmente pela sua imposição e falta de diálogo com a sociedade, além da repressão policial às ocupações e protestos dos estudantes. A "reorganização" foi suspensa em dezembro de 2015.

[3] De acordo com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), em novembro de 2016, mais de mil escolas e outros espaços estavam ocupados em todo país por estudantes. Segundo a entidade, eram 995 escolas e institutos federais, 73 campi universitários, três núcleos regionais de Educação, além da Câmara Municipal de Guarulhos, o que totalizava 1.072 locais.

[4] Nos meses subsequentes ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o Deputado Eduardo Cunha foi afastado pelo STF da presidência da Câmara, teve seu mandato cassado por quebra de decoro e foi preso pela

retirada de direitos sociais com a implantação de uma agenda política de possíveis cortes no orçamento para Educação, Saúde e Previdência, o *autoritarismo* na imposição de uma modificação no Ensino Médio sem discussão com a sociedade, a *censura* à liberdade de expressão e ao pluralismo de pensamento nas escolas.

Durante a Ditadura Militar (1964-1985) já se havia buscado, de várias formas, desestimular o interesse do jovem por questões de cunho político. No currículo escolar disciplinas "subversivas" como Filosofia e Sociologia foram substituídas pelas conservadoras Educação Moral e Cívica (mesma disciplina oferecida no regime fascista italiano) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) sem qualquer componente reflexivo, crítico ou questionador. A MP de mudança do Ensino Médio imposta pelo Ministério da Educação (MEC) no governo Michel Temer novamente retira a obrigatoriedade dessas disciplinas e o PL da Escola sem Partido elimina qualquer pluralismo de ideias, confirmando a tese de Moraes (2003) de que a intermitência dessas disciplinas na grade escolar e a coação ao livre pensamento correspondem, geralmente, aos períodos mais progressistas ou conservadores de nossa história política.

Com a redemocratização esse cenário vinha sendo paulatinamente alterado e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, se tornou a principal referência legal, na medida em que estabeleceu os princípios e finalidade da educação no país. Na sequência vieram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1999, as Orientações Educacionais Complementares aos PCN (PCN+), de 2000, e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), de 2006, que igualmente se constituíram em importantes marcos legais de referência. Por fim, após mais de trinta anos de luta, a reintrodução das disciplinas de Sociologia e Filosofia na grade curricular nacional no governo Lula na gestão Fernando Haddad no MEC, a partir de 2008, veio dar esperança àqueles que nutriam a utopia de uma sociedade mais politizada e consciente de seus direitos e deveres.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais:

> (...) pela via do conhecimento sociológico sistematizado, o educando poderá construir uma postura mais reflexiva e crítica diante da complexidade do mundo moderno. Ao compreender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, poderá perceber-se como elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformar e, até mesmo, viabilizar, através do exercício pleno de sua cidadania, mudanças estruturais que apontem para um modelo de sociedade mais justo e solidário (BRASIL, 1999, p. 318).

Polícia Federal acusado de corrupção. Ambos, Eduardo Cunha e Michel Temer eram do mesmo partido político, o PMDB.

Nesse sentido, cabe a pergunta: qual o papel dos conhecimentos de política na escola brasileira? Como esse conteúdo deve ser abordado no currículo escolar? Em que momento deve ser oferecido? Com quais conceitos, temas ou teorias? Em um momento conturbado como o que vivemos atualmente, em que muito se fala *sobre* e *de* política, fica evidente como muitas pessoas simplesmente não sabem do que estão falando. Embaraçados pelo incessante disparo de informações vindas principalmente da internet, misturam-se e confundem-se valores caros ao Estado Democrático de Direito em vídeos, artigos, opiniões e declarações muitas vezes antidemocráticas e carregadas de ódio, preconceito e autoritarismo.

Na escola, noções básicas da política como Estado, Cidadania, Democracia, República, Ditadura, Liberalismo, Socialismo, Social-Democracia, Neoliberalismo, Movimentos Sociais, Partidos Políticos e outros são superficialmente abordados. Da mesma forma, conceitos fundamentais como poder, igualdade, liberdade, tolerância, ética, espaço público, ideologia, consenso, conflito, hegemonia e utopia apresentam, no mais das vezes, pouca relevância no conteúdo.

Na década de 1930, em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda afirmou que a "democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido". Infelizmente, mais de oitenta anos depois o impasse ainda não foi resolvido. Apesar do uso do termo ser tão corriqueiro, poucas pessoas compreendem realmente o que significa *democracia*. É necessário resgatar e colocar no centro da escola brasileira a questão da cidadania e a questão democrática.

OS CONHECIMENTOS DE POLÍTICA NOS PCN: passo à frente

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), "o estudo das Ciências Sociais no Ensino Médio tem como objetivo mais geral introduzir o aluno nas principais questões conceituais e metodológicas das disciplinas de Sociologia, Antropologia e *Política*" (p. 317).

As competências e habilidades das ciências sociais que devem ser apropriadas pelo aluno foram divididas nos PCN em três campos: *representação e comunicação; investigação e compreensão; e contextualização sociocultural*. A partir dessa perspectiva a contribuição conceitual e metodológica da política reforça os conhecimentos da sociologia no campo *contextualização sociocultural*, sobretudo na competência de:

> Construir a identidade social e política de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e, também, entre os diferentes grupos (BRASIL, 1999, p. 325).

Para tanto, as principais questões conceituais e metodológicas referentes aos conhecimentos de *política* sistematizadas nos PCN e que devem ser trabalhadas com o aluno do Ensino Médio estão explicitados no documento da seguinte forma:

> Outro objetivo é ampliar a concepção de **política**, entendida como algo também presente no cotidiano, e permitir uma reflexão sobre as **relações de poder**, que estruturam o contexto social brasileiro atual.
> Ampliar a noção de política, enquanto um processo de tomada de decisões sobre os problemas sociais que afetam a coletividade, permite ao aluno, por um lado, perceber como o poder se evidencia também nas relações sociais cotidianas e nos vários grupos sociais com os quais ele próprio se depara: a escola, a família, a fábrica etc.. E por outro, dimensionar o erro de assumir uma postura que negue a política enquanto prática socialmente válida, uma vez que no discurso do senso comum ela é vista apenas como mera enganação. Até mesmo porque negar a política seria contrariar a lógica da cidadania, que supõe a participação nos diversos espaços da sociedade. Neste aspecto, as Ciências sociais contribuem para uma reflexão que tenta identificar práticas políticas mais éticas, muito embora o contexto brasileiro seja profundamente marcado por práticas paternalistas, clientelísticas, fisiológicas etc. (p. 323).

Podemos ver pelo trecho citado como nesta primeira parte a ênfase recai em, pelo menos, três principais pontos: a política enquanto relações de poder que se travam no dia a dia como na escola, no trabalho e na família; a política como posicionamento sobre determinado assunto que influencia na vida das pessoas (tomada de decisão); e a política enquanto participação na sociedade, como pressuposto da cidadania. Em seguida temos a política como o estudo do Estado enquanto instituição social que detém e distribui o poder e sua relação com a economia:

> O estudo do conceito de **Estado** deve considerar que o homem é um ser histórico e cultural, que está sempre ligado a uma determinada ordem normativa e política. Dentro do campo do Direito, da Política e da própria Economia, o conceito de Estado aparece enquanto uma instância que, ao mesmo tempo, racionaliza a distribuição do poder legítimo dentro de uma nação e desenvolve sistemas econômicos complexos para distribuir bens, muitas vezes de maneira desigual.
> Com relação aos **sistemas econômicos**, podem-se desenvolver reflexões que considerem a atualidade de algumas proposições marxistas, como por exemplo, relações sociais e condições objetivas de existência; historicidade das relações sociais objetivas, de acordo com as condições materiais de existência, sendo o modo de produção o limite que condiciona a estrutura social; a divisão social do trabalho, a propriedade privada e a luta de classes como condições objetivas que demarcam os modos-de-produção e as transformações históricas; a função estrutural do Estado, da instância jurídica e ideológica, enquanto formas de reprodução social; e, por fim, questões de método, tais como objetividade e crítica e materialismo histórico (p. 323-324).

De forma bastante progressista vemos nessa passagem a relação do sistema político com o sistema econômico e a recomendação do arcabouço marxista para sua interpretação. Conceitos como condições materiais de existência, modo de produção, divisão social do trabalho, luta de classes, ideologia e materialismo histórico são identificados de forma clara e demarcados. Na sequência, o conteúdo trata das formas históricas do Estado, suas estruturas de funcionamento e temas como a relação público/privado, centralização/descentralização:

> Ampliando-se o escopo de análise, o estudo do Estado deverá produzir uma síntese que contemple as diversas teorias sobre sua origem e finalidade. Determinadas formas históricas de Estado, o Absolutista, o Liberal, o Democrático, o Socialista, o Welfare-State (o do Bem-Estar) e o Neoliberal, poderão ser abordadas e comparadas, em suas características, com o Estado Brasileiro atual.
> De tal modo, pretende-se discutir alguns pontos do conceito de Estado: **a soberania**, sua **estrutura de funcionamento**, os **sistemas de poder**, as **formas de governo** no mundo atual, as características dos diferentes **regimes políticos**. E, por fim, algumas questões relevantes no contexto social brasileiro, tais como as relações entre o **público** e o **privado** e a dinâmica entre **centralização** e **descentralização**.
> Em termos históricos, cabe também realizar uma reflexão sobre a relação entre Estado e sociedade, identificando as diversas formas de exercício da **democracia**, a questão da **legalidade** e da **legitimidade** do poder, os **direitos dos cidadãos** e suas diferentes **formas de participação** política. Cabe ressaltar a importância dos **movimentos sociais** no processo de construção da cidadania, em função do seu papel, cada vez expressivo, de interlocução com o **poder público**, desde o movimento operário até os chamados "novos movimentos sociais (ecológico, pacifista, feminista etc.) (BRASIL, 1999, p. 324).

Portanto, conceitos e temas concretos da Ciência Política são claramente sugeridos como conteúdo aos professores num documento que se tornou referência em termos de guia do trabalho docente. Infelizmente, a não institucionalização da disciplina de sociologia por mais alguns anos fez com que tais conteúdos não fossem trabalhados enquanto disciplina escolar em cursos de graduação e pós-graduação, livros didáticos, vídeos da internet e outras ferramentas tecnológicas como já ocorriam com outras disciplinas. Da mesma forma, possibilitou com que não fosse feito a transferência de conhecimento acadêmico para conhecimento escolar.

A POLÍTICA E OS PCN+: mais um passo à frente

As Orientações Educacionais Complementares aos PCN, publicado em 2000, se constituíram num importante documento de apoio com um texto mais especificamente dirigido ao professor e que pretendeu estabelecer um diálogo direto com os demais educadores que atuam na escola de forma complementar aos Parâmetros Curriculares Nacionais no âmbito da

reformulação do Ensino Médio e de suas áreas de conhecimento. A publicação foi significativa por ter sido a primeira em perspectiva nacional a procurar facilitar a organização do trabalho em termos de área de conhecimento explicitando a articulação entre conceitos estruturadores e competências gerais que se desejam promover, além de apresentar um conjunto de sugestões que propõe temas do ensino.

As Orientações Educacionais Complementares aos PCN, ou apenas PCN+, indicaram também, além dos conceitos de trabalho e cultura, a *cidadania* como um dos conceitos estruturadores da disciplina de Sociologia. De acordo com o documento, para elaboração desse conceito em sala de aula deve ser levado em conta mais especificamente alguns paradigmas teóricos e metodológicos da *política* em uma pesquisa que considere referenciais tais como as relações entre indivíduo e sociedade; as instituições sociais; a importância da participação política de indivíduos e grupos; os sistemas de poder e os regimes políticos; as formas do Estado; a democracia; os direitos dos cidadãos; os movimentos sociais, entre outros princípios (BRASIL, 2000).

Ainda conforme o PCN+, na articulação dos conceitos estruturadores com as competências específicas da Sociologia o conceito de cidadania deve compreender a participação politica do estudante enquanto cidadão que está construindo sua identidade social. Desse modo, foram sugeridos pelo documento quatro eixos temáticos de organização da disciplina: a) Indivíduo e sociedade; b) Cultura e sociedade; c) Trabalho e sociedade; e d) Política e sociedade. As questões políticas foram contempladas essencialmente no primeiro e quarto eixos.

No primeiro eixo – Indivíduo e sociedade – o tema 3 *As instituições sociais e o processo de socialização* contém dois subtemas: 1) Família, escola, Igreja, Justiça e 2) Socialização e outros processos sociais. Já o tema 4 *Mudança social e cidadania* mais dois subtemas: 1) As estruturas políticas e 2) Democracia participativa. Para destacar, os referidos temas e subtemas estão em negrito a seguir:

Eixo Temático: Indivíduo e Sociedade	
Temas	**Subtemas**
1. As ciências sociais e o cotidiano	• As relações indivíduo-sociedade • Sociedade, comunidades e grupos
2. Sociologia como ciência da sociedade	• Conhecimento científico *versus* conhecimento comum • Ciência e educação
3. **As instituições sociais e o processo de socialização**	**• Família, escola, Igreja, justiça** **• Socialização e outros processos sociais**
4. **Mudança social e cidadania**	**• As estruturas políticas** **• Democracia participativa**

Fonte: Orientações Educacionais Complementares aos PCN (2000).

Nos temas e subtemas 3 e 4 o aluno deve compreender o importante papel das regras e dos procedimentos padronizados na manutenção e na estabilidade das formações sociais, pois as instituições sociais mantêm relações de mútua dependência e representam, também, formas de poder e obstáculos às transformações. Nesse sentido, as instituições orientam o processo de socialização dos indivíduos durante toda a sua vida e constroem as pontes que ligam o indivíduo à sociedade. As questões que devem ser feitas a partir deste tema são relativas às alterações nas estruturas e instituições sociais. "Por que as sociedades se transformam? Qual o papel dos indivíduos, dos grupos e das classes sociais nas mudanças? Quais são as estruturas de poder dentro da sociedade? Como é possível agir para transformar? Por que cidadania e democracia são valores tão importantes?" (BRASIL, 2000, p. 94). A análise comparativa entre sistemas políticos democráticos e autoritários se torna essencial nesse estágio de desenvolvimento do conteúdo.

No quarto eixo – Política e Sociedade – todos os temas e subtemas foram relacionados aos conhecimentos mais específicos da Ciência Política divididos da seguinte forma:

Eixo Temático: Política e Sociedade	
Temas	Subtemas
1. Política e relações de poder	• As relações de poder no cotidiano • A importância das ações políticas
2. Política e Estado	• As diferentes formas do Estado • O Estado brasileiro e os regimes políticos
3. Política e movimentos sociais	• Mudanças sociais, reforma e revolução • Movimentos sociais no Brasil
4. Política e cidadania	• Legitimidade do poder e democracia • Formas de participação e direitos do cidadão

Fonte: Orientações Educacionais Complementares aos PCN (2000).

Dessa forma, vemos como as atividades pedagógicas devem ser realizadas em torno das relações entre política e sociedade e devem ter como finalidade ampliar a concepção que o aluno tem de política. Ao perceber a política como uma rede de interesses e de acordos estabelecidos pelas pessoas em um processo de tomadas de decisões que gira em torno de valores sociais e de relações de poder, o estudante passa a entender e identificar a presença da política no agir cotidiano de indivíduos, grupos e instituições. Já o estudo do Estado brasileiro e dos regimes políticos que se sucederam no país possibilita a contextualização necessária à apropriação dos conceitos da Ciência Política, assim como escolher e investigar um determinado movimento social pode permitir a realização de inúmeras atividades pedagógicas.

AS OCN E A POLÍTICA: passo atrás

Infelizmente, o último importante documento oficial norteador das disciplinas – as Orientações Curriculares Nacionais –, de 2004, perderam a chance de cumprirem esse objetivo para o caso da sociologia. Ao invés de balizar e iluminar o caminho as OCN-Sociologia trazem mais confusão e distanciamento entre o conteúdo, o professor e o estudante a partir da concepção liberal de neutralidade da educação.

Nesse sentido, corroboramos com a análise de Souza (2013) de crítica à abordagem predominante das OCN-Sociologia que parte dos conceitos de estranhamento e desnaturalização e ao procedimento que reproduz a discussão acadêmica baseada na diversidade teórica de seus autores que "pressupõe o tratamento equivalente às diferentes matrizes da disciplina sem tomada de posição de nenhuma delas" (p. 124).

O debate político propriamente dito em termos de conteúdo é tratado apenas de forma vaga em passagens esparsas:

> Outra questão importante sobre essa intermitência da Sociologia no currículo do ensino médio decorre de expectativas e avaliações que se fazem de seus conteúdos em relação à formação dos jovens. Muito se tem falado do poder de formação dessa disciplina, em especial na formação política, conforme consagra o dispositivo legal (LDB nº 9.394/96, Art. 36, § 1o, III) quando relaciona "conhecimentos de Sociologia" e "exercício da cidadania". Entende-se que essa relação não é imediata, nem é exclusiva da Sociologia a prerrogativa de preparar o cidadão.
> No entanto, sempre estão presentes nos conteúdos de ensino da Sociologia temas ligados à cidadania, à política em sentido amplo (quando, muitas vezes no lugar da Sociologia *stricto sensu*, os professores trazem conteúdos, temas e autores da Ciência Política) e mesmo contrastes com a organização política de sociedades tribais ou simples (quando, então, é a Antropologia que vem ocupar o lugar da Sociologia), ou ainda preocupações com a participação comunitária, com questões sobre partidos políticos e eleições, etc. Talvez o que se tenha em Sociologia é que essa expectativa – preparar para a cidadania – ganhe contornos mais objetivos a partir dos conteúdos clássicos ou contemporâneos – temas e autores (p. 104).

A temática da Ciência Política foi bastante prejudicada com as OCN não explicitando de forma clara e crítica seus principais conteúdos. Em um posicionamento de crítica aos PCN e aos PCN+, as OCN-Sociologia não apresentaram nenhuma contribuição alternativa. Na verdade, nem conceitos claros são incentivados aos professores trabalharem. A única contribuição do documento refere-se à metodologia de trabalho onde são sugeridos ao professor o uso de conceitos, temas e teorias entrelaçadas para melhor compreensão global do assunto e o detalhamento de algumas práticas de ensino que não chegam a ser novidade para qualquer

estudante de licenciatura que tenha minimamente visto um pouco de prática de ensino na graduação.

As OCN fazem uso de dois princípios – o estranhamento e a desnaturalização – enquanto recurso epistemológico que possibilita aos jovens o exame de situações que fazem parte do seu dia a dia, imbuídos de uma postura crítica e atitude investigativa. Segundo o documento "há uma tendência sempre recorrente a se explicarem as relações sociais, as instituições, os modos de vida, as ações humanas, coletivas ou individuais, a estrutura social, a organização política e etc. com argumentos naturalizadores" (p. 106).

Desse modo, a desnaturalização faz com que seja resgatada a historicidade dos fenômenos, ou seja, mostra que nem sempre foram assim, além de indicar que certas mudanças ou continuidades históricas decorrem de decisões, e essas, de interesses, isto é, de razões objetivas e humanas, não sendo fruto de tendências naturais. Nesse ponto, no entanto, o documento apresenta um exemplo interessante:

> [...] tome-se o caso da naturalização da economia, em especial a ideia de que existiria de fato um "mercado" para além dos homens, ao qual todos devessem obedecer sob pena de serem malsucedidos. Essa concepção liberal das coisas foi longamente gestada desde Bacon ("A natureza só é vencida quando é obedecida") até Adam Smith e David Ricardo ("Existe no mercado uma mão invisível que controla os preços, a quantidade e a qualidade dos bens." "A oferta e a procura constituem leis do mercado."). As "leis do mercado" não são naturais, mas *instituídas*, e se não são obedecidas, o que se causa é uma ruptura no sistema social e não na natureza.
> Essa questão foi tratada por Marx como uma "crítica da economia política", aliás subtítulo de *O capital*. No entanto, fica claro também que, do mesmo modo que uma economia política capitalista foi *instituída*, e depende de uma aceitação generalizada para seu funcionamento, isto é, de uma ideologia que a sustente e legitime, a ruptura dependeria de uma instituição de outro sistema social e econômico, bem como de um quadro ideológico que o sustentasse e legitimasse, mas sobretudo dependeria de transformações políticas objetivas. O mesmo Marx observa que as transformações na esfera econômica foram solidárias com mudanças sociais, políticas e jurídicas e, certamente, culturais, entre o feudalismo e o capitalismo (p. 106).

Já o estranhamento refere-se ao distanciamento do fenômeno social, colocando-se à distância. É a possibilidade de ultrapassar os limites do senso comum e inquietar-se com questões rotineiras e consagradas pela normalidade. Com relação aos princípios metodológicos é sugerida no documento a utilização de temas, conceitos e teorias, além da pesquisa, que devem servir de caminho para o professor desenvolver o conteúdo programático. No entanto, apesar de trazer à tona questões importantes ligadas à metodologia e às práticas de ensino e recursos didáticos, não traz nenhuma novidade nessa área e perde a oportunidade de trabalhar de forma mais original o currículo, seu conteúdo, suas formas de avaliação, etc.

Outras críticas são feitas por Souza (2013):

> [...] as atuais propostas curriculares para a Sociologia, presentes nos documentos oficiais e nos materiais didáticos tem se guiado nos fundamentos epistemológicos da sociologia weberiana. Este referencial fica evidente no tratamento dado aos conceitos de estranhamento e desnaturalização, que partem da noção de separação entre ciência e política (e entre conhecimento científico e conhecimento de senso comum) e no postulado da "neutralidade axiológica" e "objetividade" do conhecimento nas Ciências Sociais. Transferida para o plano de organização didática, as propostas curriculares vem priorizando a abordagem da "diversidade teórica" da disciplina, apresentando suas diferentes correntes para justificar uma posição neutra de não tomar posição diante de nenhuma delas, ao menos de modo explícito (p. 133).

Ademais, as Orientações Curriculares Nacionais-Sociologia ao não se debruçarem de forma clara e consistente sobre questões da Ciência Política propriamente dita – imprescindíveis ao conteúdo – perde a oportunidade de aproximar a política, a democracia e a cidadania do aluno e fazer avançar a atuação da escola na preparação do estudante para o mundo adulto, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade.

Ao invés de trabalhar melhor com conteúdos essenciais da política trazidos pelos PCN e PCN+ como a importância fundamental de um posicionamento político, o Estado, o poder, o Liberalismo, o Socialismo, a relação entre o público e o privado e outros, o documento oficial não toma partido e não se posiciona frente a esse tipo de questão. Apenas um ponto de reflexão que nos parece fundamental: os conceitos de cidadania e de democracia que não são sequer mencionados de forma clara. Mais que isso, o tema da *democracia participativa* presente nos PCN+ que consideramos como o principal debate para o futuro das próximas gerações e que não suscitou maiores discussões posteriores[5].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: vários passos atrás?

A partir de nossos estudos e, principalmente, por nossa prática docente junto à Universidade e ao Ensino Médio na rede pública, é possível identificar como as questões de Ciência Política necessitam ser debatidas, trabalhadas e implantadas com mais qualidade no cotidiano com nossos alunos. Nesse contexto, qual o papel dos conhecimentos de Ciência Política que se pretendem necessários ao final do Ensino Médio? Vimos neste trabalho como esses

[5] Para uma primeira aproximação com a temática sobre Democracia Participativa, consultar o excelente texto introdutório "Para ampliar o cânone democrático" de Boaventura de Souza Santos e Leonardo Avritzer da obra *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa (Civilização Brasileira, 2002).

conhecimentos estão contemplados como parte fundamental do ensino da disciplina de Sociologia nos PNC e nos PCN+ e menos nas OCN. No entanto, como estão sendo trabalhados? Quais materiais, livros, filmes, *sites* são disponibilizados aos docentes e aos alunos? Que condições estão sendo dadas? Condições inclusive salariais. Como está sendo esse debate? Na verdade, a pergunta talvez seja: está havendo esse debate? As sociedades brasileiras de Sociologia (SBS), de Antropologia (SBA) e de Ciência Política (SBCP), além da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) estão discutindo os conhecimentos de Ciências Sociais na educação básica?

Desde 2015 estava em curso pelo MEC na gestão do professor Renato Janine Ribeiro o debate referente à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com conteúdos, competências e habilidades básicas que deveriam ser de conhecimento do aluno ao final do Ensino Médio. Teria sido uma ótima oportunidade para inúmeros questionamentos sobre qual o papel da política na escola brasileira, tais como: em que momento deveria ser oferecido? De que forma deveria ser abordado? Com quais conteúdos, conceitos e teorias?

No entanto, todo o processo político de afastamento e posterior impedimento da presidente reeleita em 2014 desviou o foco das atenções numa polarização entre grupos políticos, econômicos e ideológicos (mídia) que empobreceram o rico debate que poderia ter sido construído desses questionamentos. Com o governo Michel Temer e o debate em torno do PL da Escola sem Partido que visa criminalizar o debate social e político nas escolas e a imposição da MP do Ensino Médio que pode retirar a Sociologia e a Filosofia de parte do Ensino Médio, as discussões sobre o papel dos conhecimentos sociais, econômicos, políticos e culturais aos nossos jovens e sobre o formato final da BNCC está sendo colocado em segundo plano. A concretização dessa pauta conservadora pode significar vários passos atrás.

Nesse sentido, nosso intuito é o de se *posicionar* de forma crítica contra o retrocesso dessas medidas e em favor de um debate maior, em especial na defesa dos conhecimentos de política, assim como situar o estado da arte desses conhecimentos nos documentos oficiais da disciplina de Ciências Sociais/Sociologia em âmbito nacional. Dessa forma, procuramos contribuir com os possíveis interessados (alunos, pais, professores, pesquisadores, etc.), situando e localizando as temáticas em relação à Ciência Política nos documentos oficiais que norteiam a educação básica no Brasil. Essa agenda de pesquisa precisa ser ampliada e fortalecida.

Finalmente, reafirmamos, além da defesa desses conhecimentos, a luta por melhores condições de trabalho aos professores e melhores condições de ensino dessa temática e o destaque

de que somente a busca desses saberes pode realmente contribuir para aprimorar o nosso aluno no objetivo – explicitado de forma clara nos documentos analisados – de formá-los *como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, ajudando a construir sua identidade social e política*. *Valorizar o exercício da democracia, a legalidade e a legitimidade do poder, a cidadania, os direitos e deveres do cidadão, os movimentos sociais e as outras formas de participação*, ou seja, *valorizar a política enquanto prática social*, que implica a participação do cidadão nos destinos da sociedade, se torna um dos objetivos fundamentais da Sociologia no Ensino Médio e uma atividade que deve ser realizada todos os dias em nossa prática docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Ministério da Educação, 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais*: ensino médio. Brasília, MEC, 1999.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *PCN+ ensino médio*: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEMTEC, 2000.

_____. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*: ciências humanas e suas tecnologias. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2006.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORAES, A. C. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. In: *Revista Tempo Social*, v. 15, nº 1, abr./2003.

SANTOS, A. R. Os conhecimentos de ciência política na disciplina de sociologia no Ensino Médio. *Pensata*: revista dos alunos do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, v. 3, p. 172-188, 2013.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, D. C. C. O ensino de sociologia e a pedagogia histórico-crítica: uma análise dos fundamentos teórico-metodológicos das propostas atuais. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 51, p. 122-138, jun. 2013.

Recebido em: 26 de dez. 2015.
Aceito em: 21 de nov. 2016.